

CATEGORIAS SOCIAIS E MOBILIDADE
URBANA NA BAIXA IDADE MÉDIA
ENTRE O ISLÃO E A CRISTANDADE

Hermínia Vasconcelos Vilar
e
Maria Filomena Lopes de Barros
(eds.)

Edições Colibri

•
CIDEHUS/UE – Centro Interdisciplinar de História,
Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

ÍNDICE

Prólogo

Hermínia Vasconcelos VILAR e Maria Filomena Lopes de BARROS..... 7

Movilidad social y ciencias islámicas: ejemplos biográficos andaluzes de la Baja Edad Media (siglos XII-XIV)

Manuela MARÍN (CSIC – Madrid)..... 11

Categorias sociais nas comunidades mudéjares ibéricas (séculos XIV-XV)

Maria Filomena Lopes de BARROS (CIDEHUS/Departamento de História – Universidade de Évora)..... 35

Os cavaleiros de Santarém na segunda metade do século XIII

Mário VIANA (FSCH – Universidade Nova de Lisboa)..... 61

Hidalgos et caballeros dans les villes du royaume de Castille: l'exemple de Murcie (XIII-XV siècles)

Denis MENJOT (Université de Lyon)..... 83

O domínio sobre homens e territórios enquanto fator de identidade social: Coruche e os concelhos limítrofes (séculos XIV e XV)

Adelaide Millán COSTA (Universidade Aberta)..... 99

Distinções sociais em concelhos régios medievais do Oeste português

Manuela Santos SILVA (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa).... 129

Da vilania à nobreza: trajetórias de ascensão e de consolidação no Sul de Portugal (séculos XIV-XV) Distinções sociais em concelhos régios medievais do Oeste português

Hermínia Vasconcelos VILAR (CIDEHUS/Departamento de História – Universidade de Évora) 145

Os “Façanha”. Uma família da oligarquia eborense nos finais de trezentos

Joaquim Bastos SERRA (CIDEHUS – Universidade de Évora) 163

Organizar a procissão nos finais do século XV. O lugar de cada um e do grupo na cidade

Filipe Themudo BARATA (CIDEHUS/Departamento de História - Universidade de Évora) 187

PRÓLOGO

O livro agora publicado pretende contribuir para a reflexão em torno da problemática social medieva. O quadro urbano configura a escala de análise proposta aos autores, a Baixa Idade Média e a Península Ibérica, os seus âmbitos cronológico e espacial. Duas problemáticas transversais configuraram esta obra. Por um lado, a terminologia de identificação social e a definição dos conteúdos funcionais dos grupos sociais em contexto urbano. Na verdade, a variedade terminológica e a sua evolução entre os séculos XII e XV, em especial na Península Ibérica, coloca questões basilares ainda pouco discutidas ao nível da historiografia medieval. Decorrendo desta questão, um outro aspeto foi enfatizado: o dos processos de mobilidade social e de identificação desenvolvidos no contexto urbano deste período, no âmbito islâmico e cristão, atendendo, neste último caso, às especificidades de uma cronologia de pós reconquista, marcada pela definição de novos tecidos e de novas redes sociais.

Uma perspetiva comparativa enforma esta problemática. Ao cotejo entre as realidades sociais de Al-Andalus e da Hispânia cristã, numa escala mais global, a análise foca-se, depois, na comparação entre o reino português e o castelhano para, finalmente, se concretizar nas diferentes realidades dos concelhos portugueses. Esta gradação parece-nos, metodologicamente, a mais correta para obviar os muitos silêncios e dúvidas ainda existentes sobre estas problemáticas, através da discussão dos paralelismos e/ou diferenças que configuram as realidades urbanas numa mesma temporalidade.

Neste sentido, delinea-se um percurso estruturado em quatro temáticas.

Uma primeira projeta-se em torno do islão e da minoria muçulmana. Manuela Marín, partindo das teorizações sobre as categorias sociais no mundo islâmico medieval, conflui na realidade concreta de Al-Andalus. Numa metodologia, assente na onomástica dos reportórios biográficos dos ulemas,

o apelativo de profissão serve de base a um trajeto que cabalmente testemunha uma mobilidade social em função do domínio das ciências islâmicas. Como contraponto, Filomena Barros apresenta uma metodologia similar, aplicada, não obstante, a outra realidade sociológica, a da minoria muçulmana nos séculos XIV e XV. A reflexão sobre as categorizações sociais, tais como eram entendidas por Isã ibn Yâbir, abre passo a um estudo baseado na documentação de Toledo e de Lisboa, numa dicotomia entre a *jâşsa* e a *amma* que diretamente se traduz dos parâmetros antroponímicos autorreferenciais. Embora a sociologia e as próprias fontes documentais sejam diferentes nos dois casos considerados, no último parece advir um pressuposto distinto do primeiro. No caso concreto das comunidades mudéjares, o domínio das ciências islâmicas configura mais uma fonte de prestígio e de efetivo poder na estrutura comunal, do que um vetor de mobilidade social.

Uma segunda temática se constitui em torno dos textos de Mário Viana e de Denis Menjot: o das sociedades de fronteira. Santarém, no século XIII, e Múrcia, entre o século XIII e o XIV, são interpelados em função do mesmo objeto de estudo, o da diferenciação entre cavaleiros-vilãos e cavaleiros de linhagem, no primeiro caso, na sua homonímia castelhana, entre “cabaleros de villa” y “hidalgos”, no segundo. A evolução dessa mesma cavalaria vilã e da sua articulação com os poderes local e central concretizam-se na análise de percursos pessoais de três desses atores sociais, no caso de Mário Viana, que apresenta, ainda, um levantamento dos cavaleiros da cidade, entre 1230 e 1300. Denis Menjot propõe uma exaustiva análise da terminologia aplicada em Múrcia a estas categorias sociais, nas suas diferentes condições e hierarquias internas, em função de uma ampla documentação que permite traçar uma perspectiva evolutiva das elites urbanas da cidade. Nos dois casos, contudo, as conclusões resvalam para diferentes realidades sociais: se, para Múrcia, capital de um reino de fronteira até finais do século XV, a cavalaria urbana se constituiu como a antecâmara pela qual os mais ricos acediam à nobreza (nas palavras do seu autor), já Mário Viana acentua a cristalização social dessa cavalaria urbana em função da designação de “homens-bons” e a resposta da nobreza à plebeização dos seus estratos inferiores, na redefinição e reforço da hierarquia social estabelecida, com o recurso a uma categoria social baseada na ideia de nascimento, o «filho de algo», ou fidalgo.

Como terceiro tema surge a problemática da identidade social urbana. Adelaide Millán Costa, parte de uma questão básica, mas não ainda devidamente equacionada, no contexto português: a definição de critérios mínimos de urbanidade. Neste sentido, Coruche serve de exemplo a uma teorização cujos referentes de identidade urbana e social assentam num registo que privilegia as condições reais de existência enquanto vetores de criação de identidades. Referentes que, como defende, decorrem da posição geoestratégica da cidade ou vila, da sua história, de evoluções internas ou de interações externas e cuja conjugação permitiria a grupos de homens senti-

rem-se – e serem externamente reconhecidos como – idênticos entre si e diferentes dos demais.

Um conjunto de três textos convoca as realidades sociais concretas de alguns concelhos portugueses: os do Oeste, no caso de Manuela Santos Silva, e o de Évora, com Hermínia Vasconcelos Vilar e Joaquim Serra. No primeiro, partindo-se da definição de conceitos operacionais, delinea-se uma perspetiva geral dos vários estratos populacionais, incluindo o das próprias minorias. A análise mais orientada para algumas linhagens da aristocracia vilã de Óbidos, escudadas sobretudo no poder económico, permite concluir da sua crescente necessidade de projeção de poder para além do nível local, ao longo dos séculos XIV e XV.

Hermínia Vasconcelos Vilar centra-se na análise das estratégias de consolidação, ascensão e reprodução de algumas famílias oriundas ou ligadas a Évora, numa análise delimitada em função de dois momentos: o do acordo assinado entre D. Dinis e o concelho, em 1286, e os primeiros anos da década de 20 do século XV, com o regimento outorgado à cidade por D. João I. Entre os dois documentos, são delineadas continuidades e estratégias de continuidade de um núcleo de famílias que utiliza de forma crescente, ao longo de trezentos, o serviço régio, a ligação às instituições eclesiásticas da cidade e as alianças matrimoniais e de dependência, como formas de consolidação social e política. Um núcleo central que se nobilita, ascendendo aos níveis da baixa nobreza mas que, regra geral, não os ultrapassa, corroborando as conclusões de Mário Viana para Santarém.

É exatamente um destes grupos familiares da oligarquia da cidade, os Façanha, que se constituem como objeto de análise de Joaquim Bastos Serra, num período que abarca as últimas décadas da centúria de trezentos. Centrado nos irmãos Vasco e Lopo Rodrigues Façanha, ligados ao exercício do poder concelhio sensivelmente a partir dos finais da década de setenta do século XIV, é proposto um percurso de cariz socioeconómico destas personagens, no sentido de apreender o seu grau de envolvimento nas instituições urbanas e inferir da estruturação das suas redes relacionais, complementado pelo seu trajeto político entre o reinado de D. Fernando e o de D. João I. A fortíssima capacidade de sobrevivência política dos Façanhas releva para o seu forte enraizamento local e a capacidade de adaptação às lógicas e necessidades do próprio poder régio, delimitando-se o percurso de uma família que, não sendo propriamente uma das mais proeminentes de Évora dos finais da Idade Média, patenteia contudo uma projeção social, um património e uma capacidade de influência medianas, ocupando o que o autor define como uma segunda linha de importância no interior do concelho.

Finalmente, a representação social. O texto de Filipe Themudo Barata remete para a análise dos cortejos processionais, através dos quais as comunidades reforçavam os seus laços identitários e reconheciam a sua organização social, incluindo o protagonismo das próprias pessoas e dos seus dirigentes.

Partindo do “Regimento das procissões da cidade de Évora”, elaborado por volta do ano de 1482 – verdadeiro roteiro da encenação urbana, como o autor refere – o seu olhar incide sobre as procissões enquanto reflexo da alteração dos equilíbrios sociais e políticos, resultado dos conflitos urbanos, que se arrastaram pela Europa nos séculos XIV e XV. No final, uma conclusão que conflui com a dos dois textos anteriores: o do progressivo domínio do monarca sobre essa “elite urbana turbulenta”, que se reflete na própria regulamentação processional: “no reino, como na procissão, o lugar central era cada vez mais pertença da Coroa.”.

Concluído este percurso, que consideramos um contributo significativo para a problemática em discussão, temos consciência das muitas questões que ainda subsistem, da necessidade de alargamento a outros espaços de uma consciente metodologia comparativa. O percurso histórico é um devir nunca cabalmente concretizado. E, por isso, esta linha de investigação sediada no CIDEHUS propõe-se continuar a necessária reflexão e análise do quadro urbano medievo.

As editoras

Hermínia Vasconcelos Vilar

Maria Filomena Lopes de Barros